

Jurisprudência internacional e o direito brasileiro: fundamentos e aplicações práticas

Carga Horária: 30h

Prof. Dr. Henrique Napoleão Alves

Ementa:

A relevância da jurisprudência internacional para o direito brasileiro. A Recomendação No. 123/2022 do CNJ. O estudo da jurisprudência internacional pelo STF.

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos. O procedimento quase-judicial perante a Comissão Interamericana. O processo judicial perante a Corte Interamericana.

Estudo de julgados da Corte Interamericana. Discussão com os alunos à luz de seus temas de pesquisa e preocupações acadêmicas e profissionais.

Bibliografia básica:

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. [Recomendação No. 123, de 7 de janeiro de 2022](#) (“Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.”).

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Direitos Humanos na Jurisprudência Internacional: Sentenças, Opiniões Consultivas, Decisões e Relatórios Internacionais*. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

PAIVA, Caio; HEEMANN, Thimotie Aragon. *Jurisprudência internacional de direitos humanos*. 3 ed. Editora CEI, 2020.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de direitos humanos*. 7 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [Convenção Americana sobre Direitos Humanos: Anotada com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos](#). 2 ed. Brasília: STF, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2022.